



**RASCUNHO**

## CONHECIMENTOS GERAIS

1

A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a)

- (A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- (B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- (C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.
- (D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- (E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

2

A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- (A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- (B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- (C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.
- (D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- (E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

3

No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período.

O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- (A) popular
- (B) unificador
- (C) ideológico
- (D) de garantias
- (E) de coalizão

4

Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- (A) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- (B) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- (C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais
- (D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- (E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

5

Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- (A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- (B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- (C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.
- (D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- (E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

6

No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entrave ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. *Revista de Estudios Brasileños*. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- (A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- (B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.
- (C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desafortunadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.
- (D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- (E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

7

Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- (A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- (B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- (C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.
- (D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- (E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

8

Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- (A) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- (B) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.
- (C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.
- (D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

9

Considere o texto sobre discriminação social no Brasil.

Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- (A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- (B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- (C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.
- (D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- (E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

10

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

- (A) controle
- (B) planejamento
- (C) coordenação
- (D) descentralização
- (E) delegação de competência

11

Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. **PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista.** Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- (A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- (B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- (C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.
- (D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- (E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

12

Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. **Atribuições.** Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- (A) Senado Federal
- (B) Ministério da Justiça
- (C) Supremo Tribunal Federal
- (D) Câmara dos Deputados
- (E) Controladoria Geral da União

13

O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- (A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- (B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- (C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.
- (D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- (E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

14

No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- (A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- (B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- (C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.
- (D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- (E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

15

Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- (A) Desenvolvimento e Transparência
- (B) Educação e Cultura nas Comunidades
- (C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil
- (D) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- (E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

16

O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- (A) compreensível a pessoas qualificadas
- (B) técnica adequada a qualquer cidadão
- (C) algorítmica sensível a qualquer cidadão
- (D) clara e compreensível a qualquer cidadão
- (E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

17

A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- (A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- (C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.
- (D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- (E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

18

Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções **NÃO** terá o seguinte resultado:

- (A) aumento das assimetrias de informações
- (B) estabilização de preços
- (C) fornecimento de bens públicos
- (D) redução das desigualdades de distribuição de renda
- (E) regulação da oferta de monopólios naturais

19

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- (A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- (B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- (E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

20

Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- (A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- (B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- (E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

RASCUNHO



**RASCUNHO**





**RASCUNHO**





**RASCUNHO**

## EIXO 1

1

Um gerente enfatizou três critérios, ou requisitos, de qualidade fundamentais aos indicadores de desempenho de sua organização. Para ele, o indicador deve ser:

- (i) de fácil entendimento, para que qualquer pessoa seja capaz de tirar conclusões a partir da análise do indicador, garantindo transparência e validade;
- (ii) economicamente viável, de modo que os benefícios decorrentes do indicador sejam maiores que os custos incorridos na medição;
- (iii) de fácil identificação no que se refere à origem dos seus dados, ao seu registro e à sua manutenção, e, sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para promover um acompanhamento mais preciso.

Esses três requisitos de qualidade indicam que esse gerente considera fundamental que os indicadores de desempenho de sua organização respeitem, respectivamente, a

- (A) acessibilidade, a praticidade e a representatividade
- (B) disponibilidade, a rastreabilidade e a acessibilidade
- (C) estabilidade, a representatividade e a simplicidade
- (D) representatividade, a economicidade e a disponibilidade
- (E) simplicidade, a economicidade e a rastreabilidade

2

Apesar de inúmeros benefícios que um planejamento estratégico dinâmico, participativo e inteligente pode trazer para as organizações, alguns cuidados devem ser observados para evitar desgastes e diminuir os riscos de insucesso desse tipo de planejamento.

Dentre esses cuidados, é imprescindível que a(o)

- (A) declaração de missão seja clara e relativamente curta, de forma que sejam esclarecidos os valores éticos, a perspectiva de mundo e a linha filosófica da relação da organização com o ambiente, o que basicamente determina o que é certo e errado.
- (B) estratégia descreva as características fundamentais do ajuste que uma organização alcança entre suas competências e recursos e as oportunidades e ameaças do ambiente externo, o qual permite que os objetivos da organização sejam atingidos.
- (C) formação da estratégia seja um processo deliberado de pensamento consciente e que as estratégias sejam mantidas simples, únicas e explícitas.
- (D) formulação de estratégias favoreça esquemas interpretativos individuais e molduras, isto é, padrões de filtragem e interpretação coletivos, particulares de cada organização segundo as diferentes instâncias de poder.
- (E) processo de planejamento estratégico seja desenvolvido de uma forma totalmente estruturada e sistematizada e que possam ser definidos controles suficientes, para que sua aplicação conduza aos resultados esperados.

3

As organizações não possuem sistemas de controles idênticos e podem optar por diferentes estratégias de controle organizacional. Nesse contexto, uma instituição que está tentando se tornar uma organização de aprendizagem, com departamentos pequenos e incertos, escolheu o controle de clã como estratégia de controle organizacional.

Para a implementação do controle de clã, essa organização valorizou as seguintes características:

- (A) centralização, mecanismos formais, relações pessoais, liderança e formalização.
- (B) descentralização, confiança, informações gerenciais e centros de responsabilidade.
- (C) preços, concorrência, relacionamento de trocas, participação no mercado e lucros.
- (D) regras, padrões, autoridade legítima, hierarquia e fiscalização.
- (E) tradições e crenças, valores compartilhados, compromisso e cultura corporativa.

4

Os modelos de gestão de desempenho destinados a implementar uma estratégia devem ser capazes de traduzi-la para todos os níveis da instituição em que será implementada, tornando tal instituição capaz de atuar efetiva e conscientemente em prol da realização dos objetivos definidos.

Considerando esse contexto, uma organização pública construiu seu mapa estratégico, que tinha como função

- (A) traduzir a estrutura, a vantagem competitiva e o projeto organizacional em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais.
- (B) apontar, por meio de objetivos estratégicos, relações de causa e efeito e indicadores de desempenho, a forma pela qual ativos intangíveis da organização produzem resultados tangíveis.
- (C) estruturar as perspectivas funcionais, que representam as visões específicas da eficácia organizacional, e os objetivos conflitantes, que devem ser enfrentados pela organização no cumprimento de sua missão institucional.
- (D) subsidiar a alocação de recursos financeiros e a adequação do planejamento às várias limitações e contingências que possam afetar a eficácia organizacional, que avalia a extensão com que múltiplas metas são atingidas.
- (E) comunicar de modo claro e transparente, a todos os níveis gerenciais e aos servidores, as metas oficiais e operativas, por meio da declaração da missão e da definição dos fins buscados por meio de procedimentos operacionais.

5

Em uma empresa, o chefe de um determinado setor listou todos os seus funcionários por ordem decrescente de desempenho, considerando que as diferenças entre os funcionários são uniformes e deixando claro que apenas um funcionário poderia ser “o melhor”.

Nesse processo de avaliação de desempenho, foi utilizada a

- (A) lista de verificação
- (B) escala de classificação adjetiva
- (C) escala de classificação ancorada no comportamento
- (D) classificação individual
- (E) classificação pela ordem do grupo

6

O método dos cenários prospectivos, um pilar da gestão estratégica, além de facilitar o desenvolvimento do pensamento estratégico e a definição das estratégias da empresa, traz benefícios, tais como

- (A) auxiliar na definição de estratégias, permitir que a organização enfrente um ambiente incerto e melhorar o processo decisório, o que, por sua vez, ajuda a promover a comunicação dentro da empresa e o aprendizado organizacional.
- (B) contribuir com conhecimentos atualizados para os processos de tomada de decisão e ajudar a desenvolver a criatividade na empresa, o que, por sua vez, favorece a identificação de novas oportunidades de negócios e a exploração de futuros determinísticos.
- (C) refazer constantemente o planejamento e os planos decorrentes, respondendo com eficácia às mudanças no ambiente, o que, por sua vez, possibilita que os administradores lidem melhor com as certezas ambientais.
- (D) registrar rupturas de tendência promovidas pelos eventos identificados durante o processo e facilitar a criação das redes de troca de informações, o que, por sua vez, inibe o fluxo de informações dentro da empresa e a integração entre as diversas áreas.
- (E) unificar e democratizar as questões estratégicas da organização com uma abordagem analítica e isolada e questionar ideias preconcebidas, o que, por sua vez, ajuda na análise de dados a respeito dos pontos fracos das organizações e de futuras formas de ameaça ambiental.

7

Em meio à crescente preocupação global com a mudança climática e a perda de biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima decidiu revisar e atualizar seus objetivos estratégicos para os próximos dez anos, estabelecendo objetivos, metas e indicadores mensuráveis eficazes de resultados.

Qual é a principal característica dos indicadores eficazes de resultados?

- (A) Complexidade
- (B) Especificidade
- (C) Generalidade
- (D) Singularidade
- (E) Variabilidade

8

Dois jovens administradores públicos foram designados para liderar um ambicioso projeto de melhoria dos serviços de coleta de resíduos na cidade P. Eles decidiram aplicar o ciclo *Plan-Do-Check-Act* (PDCA), com o objetivo de otimizar os processos de coleta de resíduos e melhorar a satisfação dos cidadãos.

Considerando-se PDCA, qual é a primeira ação que esses administradores devem executar para melhorar a gestão de resíduos dessa cidade?

- (A) Consultar outros municípios para obter *insights*.
- (B) Implementar um novo sistema de gestão de resíduos.
- (C) Lançar uma campanha de educação pública.
- (D) Redefinir as rotas de coleta de resíduos.
- (E) Realizar um diagnóstico dos problemas existentes.

9

Um projeto de reflorestamento de áreas degradadas da Secretaria de Meio Ambiente da cidade T visava à conservação da biodiversidade, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, concentrando-se na recuperação de áreas que sofreram perda significativa de vegetação nativa.

Essa Secretaria de Meio Ambiente começou esse projeto de reflorestamento de áreas degradadas com a(o)

- (A) desenvolvimento de hortos de espécies nativas
- (B) exportação de vegetação nativa
- (C) identificação de áreas críticas
- (D) monitoramento do crescimento da vegetação
- (E) plantio de espécies nativas

10

Considere os conceitos de mapas estratégicos e do *Balanced Scorecard* (BSC).

Qual das afirmações descreve a relação entre mapas estratégicos e o BSC?

- (A) Mapas estratégicos são usados para visualizar a estratégia que o BSC mede e monitora.
- (B) Mapas estratégicos e BSC são ferramentas concorrentes desenvolvidas por diferentes teóricos da gestão.
- (C) Mapas estratégicos servem como a fase preliminar do BSC, não sendo necessários após sua implementação.
- (D) Mapas estratégicos são uma alternativa ao BSC, focando em medidas financeiras.
- (E) O BSC é um subconjunto de um mapa estratégico, focado apenas na perspectiva de aprendizado e de crescimento.

RASCUNHO

**EIXO 2**

**11**

A legislação ambiental tem grande importância nacional por tratar do direito de todos ao meio ambiente equilibrado, sendo esse um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Atualmente um dos temas mais relevantes dessa legislação está relacionado aos crimes ambientais, ou seja, ao descumprimento da Lei dos Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/1998.

Nessa lei, constam as diversas sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades nocivas ao meio ambiente, de forma que, nos crimes

- (A) contra a fauna, as penas variam de seis meses a três anos, podendo ser agravadas quando houver características que indiquem dolo, como quando feitas durante a noite.
- (B) contra a flora, as penas podem ser de detenção de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas.
- (C) de emissão de efluentes, as penas variam de detenção de seis meses a cinco anos e multa.
- (D) de destruição da floresta, as penas variam entre três meses e quatro anos de reclusão, mais multa.
- (E) praticados por empreendimentos potencialmente poluidores sem licença, as penas variam de três meses a três anos, havendo a possibilidade de a pena ser triplicada.

**12**

O Plano Safra é um programa do Governo Federal para apoiar o setor agropecuário, oferecendo linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para os produtores rurais, desde os agricultores familiares até os megaprodutores. O Plano Safra 2023/2024 disponibilizou linhas de financiamento para investimentos em 13 programas que proporcionarão a inovação e a modernização das atividades produtivas, contribuindo para a continuidade dos ganhos de produtividade, competitividade, emprego e renda.

Nesse contexto, o Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop) é um programa que objetiva financiar

- (A) a integralização de quotas-partes do capital social e capital de giro para cooperativas agropecuárias.
- (B) os investimentos na recuperação de pastagens degradadas, a exemplo dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, energias alternativas e sistemas de plantio direto na palha, incentivando e fortalecendo os sistemas de produção ambientalmente sustentáveis de produtores cooperados.
- (C) os investimentos na inovação tecnológica nas propriedades rurais de produtores cooperados, visando ao aumento da produtividade e à adoção de boas práticas agropecuárias.
- (D) os investimentos necessários à construção e à ampliação de armazéns, com o objetivo de aumentar a capacidade instalada de armazenagem no país e competitividade das cooperativas agropecuárias.
- (E) os itens para a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização das cooperativas brasileiras.

**13**

Até 2006, não existia uma lei para orientar as pessoas sobre como explorar economicamente uma floresta pública. Mesmo aquelas que já estavam destinadas ao uso sustentável (Florestas Nacionais) também tinham carência de uma legislação. A Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei nº 11.284/2006, uma conquista da sociedade brasileira, foi criada com o intuito de definir procedimentos técnicos para a exploração da floresta e de, ao mesmo tempo conservá-la. Com a criação e aplicação dessa lei, surgiram novos órgãos e novas figuras institucionais importantes para sua efetividade, assim como, ao longo dos anos, a lei sofreu alterações legais.

Uma das alterações, aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República em 2023, que se refere aos fins dispostos nessa lei, define o(a)

- (A) unidade de manejo como perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável ou utilizado para atividades de restauração florestal ou de exploração de demais serviços e produtos, localizado em florestas públicas, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais.
- (B) serviço florestal como atividade de turismo e outras ações ou benefícios decorrentes do manejo e conservação da floresta, não caracterizados como produtos florestais tais como produtos madeireiros e não madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável.
- (C) auditoria florestal como ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o Plano de Manejo Florestal Sustentável e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor.
- (D) manejo florestal sustentável como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros.
- (E) recurso florestal como elemento ou característica de determinada floresta, potencial ou efetivamente gerador de produto florestal madeireiro e não madeireiro gerado pelo manejo florestal sustentável ou de serviço.

14

A avaliação é uma importante etapa do processo de análise e acompanhamento de uma política pública e visa coletar, analisar e interpretar informações sobre essa política. Através da avaliação, é possível subsidiar seu planejamento e (re)orientar as tomadas de decisões desde o seu diagnóstico até os resultados. Ou seja, é um instrumento utilizado para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades.

Dessa forma, com relação à avaliação de políticas públicas no Brasil, conclui-se que a

- (A) avaliação formativa se relaciona com a verificação dos resultados obtidos ao fim do processo, ou seja, julga o mérito do programa e comprova os seus resultados finais, avaliando como o programa foi desenvolvido.
- (B) avaliação somativa visa fornecer informações acerca da maneira pela qual se desenvolve a implementação, para aprimorar o funcionamento do programa, verificando se as atividades estão se desenvolvendo de acordo com o planejado.
- (C) avaliação não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas apresenta-se como uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.
- (D) avaliação de um programa só deve ser realizada quando este apresentar problemas nas etapas ou processos passíveis de aperfeiçoamento ou mesmo de ampliação, estando sujeito à complementaridade ou à renovação.
- (E) avaliação interna é a realizada por atores pertencentes à instituição gestora do programa, desde que estejam envolvidos na sua execução, e a externa é a realizada por profissionais que não pertencem à instituição executora do programa.

15

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo governo federal com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Dentre os subprogramas que fazem parte do PRONAF estão o

- (A) PRONAF Custeio, o PRONAF Mulher e o PRONAF Agroindústria
- (B) PRONAF Custeio, o PRONAF Agroindústria e o PRONAF Digital
- (C) PRONAF Mulher, o PRONAF Agroindústria e o PRONAF Social
- (D) PRONAF Agroindústria, o PRONAF Digital e o PRONAF Social
- (E) PRONAF Custeio, o PRONAF Digital e o PRONAF Social

16

A Lei nº 14.515/2022, além de estabelecer um novo sistema de fiscalização para a produção agropecuária no país, cria o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras).

Um dos critérios fundamentais que os programas de autocontrole precisarão observar é:

- (A) lotes de produtos não identificados para assegurar a segurança do produtor/fornecedor.
- (B) identificação dos responsáveis pela etapa de produção do produto para acionamento no caso da detecção de não conformidades.
- (C) marcas legíveis nos rótulos, com descrição do valor nutricional dos produtos e data de validade.
- (D) registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo (desde a chegada da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a entrega do produto final).
- (E) designação do ministério responsável pela aprovação do produto.

17

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, é comumente citado como exemplo para assegurar a segurança alimentar atendida pela rede socioassistencial.

As duas finalidades básicas do PAA são as seguintes:

- (A) fortalecer circuitos locais e regionais de produção de alimentos; fomentar a extensão rural.
- (B) promover o acesso à alimentação; incentivar a agricultura familiar.
- (C) valorizar a biodiversidade; estimular a recuperação de áreas de preservação permanente (APP).
- (D) permitir acesso de agricultores familiares a tecnologias do agronegócio; estimular a exportação.
- (E) estimular o cooperativismo; equacionar relações de gênero no campo.

18

O etnomapeamento e o etnozoneamento são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, previstas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Essas ferramentas se caracterizam por serem

- (A) ações participativas que fornecem bases de diálogo para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.
- (B) metodologias consagradas pela comunidade científica que dependem de *softwares* específicos para a sua aplicação.
- (C) ferramentas altamente subjetivas e de difícil sistematização, o que vem dificultando a adoção da PNGATI.
- (D) atividades que devem ser executadas por acadêmicos, sem que haja envolvimento com as comunidades indígenas.
- (E) atividades que correspondem a um conjunto de abordagens sociais, que excluem as características naturais de sua avaliação.

19

O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação — Lei nº 13.243/2016 — é resultado de um processo de cerca de cinco anos de discussões entre atores do Sistema Nacional de Inovação, nos âmbitos das comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado.

Tais discussões tinham o objetivo de alterar pontos de leis concernentes ao tema, de modo a

- (A) limitar o estabelecimento de mecanismos de incentivo à interação de Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação com empresas.
- (B) reduzir obstáculos legais e burocráticos e conferir maior flexibilidade às instituições atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação.
- (C) bloquear o recebimento de remuneração pelas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação em parcerias público-privadas.
- (D) atribuir aos núcleos de inovação tecnológica a liberação do requerimento de proteção intelectual das produções conjuntas.
- (E) dificultar o compartilhamento ou a permissão para uso de laboratórios ou instalações.

20

Levando-se em conta a trajetória histórica e o amplo conhecimento acumulado sobre implementação de políticas públicas, atualmente existem diversos pressupostos que já foram alcançados ou ultrapassados por meio de vários estudos.

Um desses pressupostos é que

- (A) a formulação e a implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que passam diferentes atores no que é possível chamar de cadeia decisória.
- (B) a implementação de serviços públicos não está associada à legitimidade dos governos e suas políticas públicas.
- (C) as políticas públicas são constituídas por uma única camada decisória e por um único ator regulador dessas políticas.
- (D) os estudos de implementação se limitam a investigar aspectos formais e normativos das políticas públicas.
- (E) os modelos de processos *multi-level* levam em conta apenas um nível hierárquico relacionado a uma cadeia decisória.

RASCUNHO

RASCUNHO



EIXO 3

21

Os Sistemas de Referência Terrestres ou Geodésicos são utilizados para descrever as posições de objetos na superfície da Terra, possibilitando o desenvolvimento dos cálculos das suas coordenadas. As coordenadas que têm como referência os Sistemas de Referência Geodésicos são normalmente apresentadas em três formas: cartesianas, geodésicas e planas.

No Sistema de Coordenadas Geodésicas, o ângulo que o meridiano geodésico passando por um ponto P da superfície terrestre forma com uma direção, contado do norte por leste, é o(a)

- (A) Latitude geodésica
- (B) Longitude geodésica
- (C) Altitude geométrica
- (D) Azimute geodésico
- (E) Desvio da vertical

22

Os solos desempenham um papel fundamental na sustentação da vida na Terra, fornecendo suporte para a vegetação, filtragem da água, reciclagem de nutrientes e *habitat* para uma variedade de organismos.

A grandeza característica do solo que reflete a quantidade máxima que pode ser obtida de um solo por drenagem natural, sob a ação exclusiva da gravidade, expressa em porcentagem de volume de solo saturado, é denominada

- (A) retenção específica
- (B) coeficiente de permeabilidade
- (C) suprimento específico
- (D) velocidade de infiltração
- (E) porosidade

23

Considere o trecho abaixo da Embrapa Solos, que caracteriza o perfil de um determinado solo.

Solos constituídos por material mineral, com horizonte B. Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características destes solos variam muito de um local para outro. São solos fortemente, até imperfeitamente, drenados, rasos a profundos, de cor bruna ou bruno-amarelada, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal.

SIBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos: Conceito e Definição das Classes. **Portal da Embrapa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/solos/sibcs/conceito-e-definicao-das-classes>. Adaptado.

O perfil de solo caracterizado no trecho acima é o

- (A) vertissolo
- (B) cambissolo
- (C) planossolo
- (D) luvisolo
- (E) neossolo

24

O levantamento topográfico consiste na aplicação de métodos para determinar as coordenadas topográficas de pontos, conectando-os com os detalhes do terreno. Isso visa a representá-los em um plano com uma escala previamente estabelecida, assim como representar suas altitudes por meio de curvas de nível, com uma equidistância também predeterminada, e/ou pontos cotados.

O conjunto de pontos materializados de referências de nível (RRNN), que proporciona o controle de posição altimétrica dos levantamentos topográficos e o seu referenciamento ao *datum* (origem) altimétrico do país, é denominado apoio

- (A) topográfico altimétrico
- (B) topográfico planimétrico
- (C) geodésico altimétrico
- (D) geodésico planialtimétrico
- (E) geodésico planimétrico

25

A meteorologia é uma disciplina física que se baseia em medições obtidas por meio de instrumentação. Os instrumentos meteorológicos são dispositivos projetados para coletar dados sobre as condições atmosféricas em momentos específicos que, em conjunto, oferecem uma visão abrangente das condições meteorológicas.

O instrumento meteorológico usado para medir a distribuição do tamanho da gota e a velocidade dos hidrometeoros (gota d'água, floco de neve, etc.) em queda é o

- (A) anemoscópio
- (B) anemômetro
- (C) ceilômetro
- (D) disdrômetro
- (E) heliógrafo

26

A definição, a implantação e a manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) são de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo assim, ele instituiu, com o objetivo de estabelecer as especificações e normas gerais para levantamentos geodésicos, o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), que é o sistema de referência geodésico para o SGB e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN).

O *Datum* SIRGAS 2000 foi criado com o objetivo de definir um sistema geocêntrico de referência unificado para todo o território sul-americano.

O *Datum* SIRGAS 2000 possui como elipsoide o

- (A) Elipsoide do Sistema Geodésico de Referência de 1967
- (B) Elipsoide do Sistema Geodésico de Referência de 1980
- (C) Elipsoide de Hayford
- (D) Elipsoide Clarke
- (E) Elipsoide Puissant

27

Considere o quadro a seguir, que apresenta uma síntese das diferenças para classificação de pragas, de acordo com as Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias.

Critério de definição	I	II
Status da praga	Ausente, ou de distribuição limitada	Presente, e pode ser amplamente distribuída
Via de ingresso	Medidas fitossanitárias para qualquer via de ingresso	Medidas fitossanitárias somente em caso de plantas para plantio
Impacto econômico	O impacto é previsto	O impacto é conhecido
Controle oficial	Sob controle oficial, se presente, com o objetivo de erradicação ou contenção	Sob controle oficial com respeito às plantas para plantio especificadas, com o objetivo de supressão

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2006). **Normas internacionais para medidas fitossanitárias** - NIMF nº 16: Pragas não quarentenárias regulamentadas: Conceito e aplicação. 2002. p. 7. Adaptado.

As classificações I e II das pragas, no quadro apresentado, correspondem, respectivamente, a

I	II
(A) Praga quarentenária	Praga não regulamentada
(B) Praga não regulamentada	Praga quarentenária
(C) Praga não quarentenária regulamentada	Praga não regulamentada
(D) Praga não regulamentada	Praga não quarentenária regulamentada
(E) Praga quarentenária	Praga não quarentenária regulamentada

28

Na resolução dos desafios da Ciência da Geoinformação, em especial na compreensão das representações computacionais do espaço, um conceito empregado para traduzir o mundo real para o ambiente computacional é o paradigma dos quatro universos. A visão apresentada nesse paradigma oferece uma solução unificadora para os problemas em Computação Gráfica e Processamento de Imagens.

No universo de representação, as entidades formais definidas no universo conceitual são associadas a

- (A) fenômenos a serem representados (tipos de solo, cadastro urbano e rural, dados geofísicos e topográficos).
- (B) distinção entre as grandes classes formais de dados geográficos (dados contínuos e objetos individualizáveis).
- (C) diferentes representações geométricas, que podem variar conforme a escala e a projeção cartográfica escolhida e a época de aquisição do dado.
- (D) espacialização de classes nos tipos de dados geográficos utilizados comumente (dados temáticos e cadastrais, modelos numéricos de terreno, dados de sensoriamento remoto).
- (E) estruturas de dados (tais como árvores quaternárias e árvores-R) para implementar as geometrias do universo de representação.

29

Na hidrologia, notadamente na determinação do balanço hídrico de uma bacia hidrográfica, a altura média de precipitação sobre a área de estudo costuma ser demandada. Esse estudo pode ser feito, por exemplo, com base em um evento pluviométrico isolado, ou com base em totais anuais, utilizando dados de uma rede de estações pluviométricas.

Um método que pode ser utilizado para determinar a altura média de precipitação, mesmo para uma distribuição espacial não uniforme de estações, e que consiste em atribuir um fator de peso aos totais precipitados em cada estação proporcional à área de influência de cada estação é o

- (A) Método Aritmético
- (B) Método das Isoietas
- (C) Método da Ponderação pelo Inverso da Distância (IDW)
- (D) Método de Thiessen
- (E) Método de Krigagem Ordinária



30

As classes de aptidão agrícola dos solos expressam a aptidão agrícola das terras para um determinado tipo de utilização, com um nível de manejo definido, dentro do subgrupo de aptidão. Elas refletem o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras, sendo definidas em termos de graus, referentes aos fatores limitantes mais significativos, os quais definem as condições agrícolas das terras.

As terras que apresentam limitações moderadas para uma produção sustentável em um determinado uso, demandando mais insumos para compensar a redução na produtividade em comparação com terras de qualidade superior, são de aptidão agrícola de classe

- (A) muito boa
- (B) boa
- (C) regular
- (D) restrita
- (E) inapta

#### EIXO 4

31

A capacidade de água total disponível do solo, medida em mm de água/cm de solo, é uma variável de extrema importância para o manejo de irrigação em áreas agrícolas. Para o cálculo dessa variável, é fundamental o conhecimento dos seguintes fatores:

- (A) evapotranspiração de referência e coeficiente da cultura
- (B) evaporação da água do tanque classe A e coeficiente do tanque
- (C) umidade do solo na capacidade de campo e umidade inicial do solo
- (D) umidade do solo na capacidade de campo e umidade do solo no ponto de murcha permanente
- (E) evapotranspiração da cultura e frequência de irrigação

32

O preparo convencional do solo consiste no revolvimento de camadas superficiais para reduzir a compactação, incorporar corretivos e fertilizantes, aumentar os espaços porosos e, com isso, elevar a permeabilidade e o armazenamento de ar e água.

Quando a camada compactada do solo impede o fluxo de água ou o desenvolvimento radicular das plantas, a descompactação do solo em camadas mais profundas (superiores a 30 cm) é recomendada, sendo essa operação denominada

- (A) aração
- (B) gradagem leve
- (C) gradagem pesada
- (D) subsolagem
- (E) sulcamento

33

A carência ou o excesso de um determinado nutriente induzem o aparecimento de sintomas visuais, com padrões básicos para todas as culturas agrícolas.

O crescimento reduzido ou nanismo; folhas verde-escuras ou com coloração avermelhada, inicialmente nas mais velhas; manchas pardas, arroxeadas ou necróticas e secamento de folhas mais velhas são sintomas de deficiência de

- (A) nitrogênio
- (B) fósforo
- (C) potássio
- (D) cálcio
- (E) magnésio

34

A Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN) é uma alternativa tecnológica para aumentar a produtividade agropecuária e minimizar a emissão dos Gases de Efeito Estufa. É uma técnica sustentável para a substituição do uso de fertilizantes nitrogenados, considerando os custos e as condicionantes ambientais.

A Fixação Biológica do Nitrogênio consiste em um processo biológico

- (A) conhecido como simbiose, onde o amônio é incorporado ao ácido glutâmico no interior do rizóbio, formando glutamina, ureídeos e asparagina, que são transportados para todas as regiões da planta.
- (B) originado de uma relação intraespecífica, conhecida como colônia, onde ocorre a formação de uma estrutura especializada denominada de nódulo, onde a planta sofre modificações de estrutura e de metabolismo.
- (C) mediado por bactérias que possuem um complexo enzimático denominado nitrogenase e que realizam a fixação do nitrogênio atmosférico e posterior disponibilização deste para as plantas.
- (D) induzido, que ocorre exclusivamente em plantas leguminosas, através da associação de plantas com bactérias diazotróficas.
- (E) que ocorre a partir da inoculação de bactérias nas plantas, sendo a planta responsável pela fixação do nitrogênio atmosférico, transformando-o em amônia que é posteriormente incorporada na planta.

35

A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Em situações de escassez de água, o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser para

- (A) indústria de alimentos e irrigação de áreas agrícolas
- (B) irrigação de áreas agrícolas e dessedentação de animais
- (C) consumo humano e dessedentação de animais
- (D) consumo humano e irrigação de áreas agrícolas
- (E) consumo humano e indústria de alimentos

36

As práticas agropecuárias, caso não sejam realizadas corretamente dentro de um manejo conservacionista, podem levar à degradação dos solos. Nesse sentido, as práticas conservacionistas visam à prevenção e à recuperação dos solos agrícolas. Uma das práticas conservacionistas é a abertura de sulcos construídos em nível, preenchidos com restos vegetais, com o objetivo de reduzir o escoamento superficial e a erosão, pois a água da chuva, e consequente enxurrada, ao encontrar os sulcos, acaba se infiltrando neles.

Essa prática conservacionista é denominada de

- (A) *mulching* vertical
- (B) terraceamento
- (C) cobertura morta
- (D) cultura em faixas
- (E) cultivo em nível

37

Método de irrigação é a forma pela qual a água pode ser utilizada e aplicada em áreas agrícolas. Para cada método, há dois ou mais sistemas de irrigação, que podem ser empregados. O sistema de irrigação autopropelido, em um único canhão montado sobre um carrinho, que se desloca longitudinalmente ao longo da área a ser irrigada, é amplamente utilizado em áreas agrícolas.

Esse sistema de irrigação autopropelido descrito acima, é um sistema que utiliza o método de irrigação

- (A) por superfície
- (B) localizada
- (C) por aspersão
- (D) subirrigação
- (E) subsuperficial

38

A compostagem é um método de reciclagem e tratamento dos resíduos orgânicos que busca reproduzir algumas condições ideais observadas no processo natural de degradação da matéria orgânica, bem como garantir a segurança do processo.

Para que ocorra uma boa compostagem, o controle de alguns fatores-chave é fundamental, sendo necessário que

- (A) ocorra a decomposição aeróbia de resíduos vegetais e animais.
- (B) sejam utilizados como matéria-prima resíduos vegetais, ricos em carbono, e resíduos animais, pobres em nitrogênio.
- (C) seja de 10:1 a relação inicial ótima do Carbono/Nitrogênio - C/N.
- (D) sejam dispostos em camadas contínuas formando uma leira ou monte de dimensões e formatos fixos os resíduos, vegetais e animais.
- (E) seja mantido o material seco, com umidade em torno de 20 a 30%, no momento das reviradas das leiras.

39

A principal característica do sistema de produção orgânico é a(o)

- (A) isenção do uso de produtos sintéticos tanto na produção, como nas demais fases do processo de produção.
- (B) redução da aplicação de herbicidas e fungicidas sintéticos.
- (C) adequação apenas à agricultura de larga escala, com foco em exportações, com o objetivo de anular barreiras não tarifárias.
- (D) viabilidade de implementação do sistema apenas próximo a unidades de conservação.
- (E) aumento da produtividade no primeiro ciclo da cultura.

40

A qualidade da água para irrigação é um aspecto fundamental a ser observado, sendo a sua salinidade um dos critérios a serem considerados.

A salinidade é avaliada de acordo com a(o)

- (A) razão de adsorção de sódio
- (B) condutividade elétrica da água
- (C) concentração de cloro, sódio, boro e carbonatos na água
- (D) oxigênio dissolvido na água
- (E) fósforo total na água

## EIXO 5

41

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem por objetivo geral dar subsídios para as decisões dos agentes públicos e privados quanto à adequabilidade de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Na elaboração e implementação do ZEE, são observadas algumas categorias de pressupostos.

Considere os seguintes pressupostos:

- apresentar termo de referência detalhado;
- gerar produtos, por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;
- normatizar com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia.

Os pressupostos apresentados são identificados como

- (A) técnicos
- (B) financeiros
- (C) econômicos
- (D) institucionais
- (E) ambientais

42

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável foi iniciada em 1972, em Estocolmo na Suécia, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Sua definição, formulada no documento “Nosso Futuro Comum”, em 1987, diz que desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Ele está ancorado no desenvolvimento econômico da humanidade, baseado na conservação dos recursos naturais. Desse modo, o desenvolvimento de maneira sustentável indica que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional, ou seja, sem o seu esgotamento, com vistas à conservação desses recursos para as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável é estruturado por três grandes princípios, que são as sustentabilidades

- (A) financeira, ambiental e tecnológica
- (B) digital, tecnológica e social
- (C) social, ambiental e econômica
- (D) ambiental, jurídica e política
- (E) política, financeira e ambiental

43

O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) deve ser utilizado apenas em produtos orgânicos certificados, controlados por organismos de avaliação da conformidade, credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).



O produto orgânico com selo do SisOrg poderá ser vendido em todo o território nacional, salvo quando o produto processado apresentar registro municipal ou estadual, obedecendo, assim, à legislação local específica para cada tipo de produto. Agricultores familiares que fazem parte de Organizações de Controle Social (OCS) cadastradas no Mapa ou que vendem somente de forma direta aos consumidores são dispensados da certificação.

É permitido uso do selo do SisOrg em produtos orgânicos certificados somente por

- (A) Sistemas Participativos de Garantia
- (B) Organizações de Controle Social (OCS)
- (C) Organizações de Controle Social (OCS) e por Sistemas Participativos de Garantia
- (D) Certificação por Auditoria e por Sistemas Participativos de Garantia
- (E) Certificação por Auditoria, por Organizações de Controle Social (OCS) e por Sistemas Participativos de Garantia

44

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de âmbito nacional, integrado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo a base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e para o combate ao desmatamento.

Um investidor do setor agrícola, visando a desenvolver atividades agropastoris, adquiriu um imóvel rural no Brasil, fora da Amazônia Legal, situado a altitude de 1.000 m, em área não litorânea. O terreno possui as seguintes características:

- área plana ou com declividade inferior a 20;
- área equivalente a 3,8 módulos fiscais;
- imóvel sem Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cota de Reserva Ambiental (CRA) ou área de Reserva Legal averbada na matrícula do imóvel;
- área cortada por um rio perene de largura de 20 m;
- presença de uma nascente e de um lago natural de 2 ha de espelho d'água;
- existência de 15% de vegetação nativa remanescente.

O proprietário não possui nenhum outro imóvel rural com pendências jurídicas na área em questão.

Buscando evitar sanções legais e melhorar a sustentabilidade da propriedade foram adotadas as seguintes medidas:

- I - recomposição de mais 5% da área com floresta nativa para fins de adequação como Reserva Legal;
- II - recomposição das faixas marginais de Áreas de Preservação Permanente (APA), no raio de 50 metros no entorno da nascente e do lago e na faixa de 50 metros da borda da calha do leito regular do rio;
- III - recomposição de mais 15% da área com floresta nativa para fins de adequação como Cota de Reserva Ambiental (CRA), além da Reserva Legal;
- IV - inscrição do imóvel rural no CAR, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, identificando o imóvel por meio de planta, memorial descritivo, coordenadas com pelo menos um ponto de amarração, localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APA) e da Reserva Legal.

Para sanar os passivos legais do imóvel e evitar problemas judiciais, o proprietário é obrigado a adotar **SOMENTE** as medidas indicadas em

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II e IV
- (E) II, III e IV

RASCUNHO

45

No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, é comum o uso de instrumentos de mercado para ajudar os países a atingirem as suas metas de contribuição, em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Antes do Acordo de Paris, no âmbito do Protocolo de Quioto, existia um instrumento econômico que permitia a negociação entre países com metas (Anexo I) e países sem meta (Não Anexo I). Havia, também, um instrumento que permitia a implantação agrupada entre países com metas. Com o Acordo de Paris, como todos os países partes passaram a ter metas de contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), novos instrumentos econômicos surgiram.

Qual instrumento de mercado, estruturado no Acordo de Paris, propõe transações diretas de mitigações de emissões reais entre os países partes, desde que as cooperações sejam voluntárias e não haja dupla contagem no atendimento das NDCs?

- (A) Implantação Conjunta ou *Joint Implementation* (JI)
- (B) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ou *Clean Development Mechanism* (CDM)
- (C) Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente ou *Internationally Transferred Mitigation Outcomes* (ITMOs)
- (D) Sistema de créditos/linhas de base para transações entre entidades públicas e privadas em projetos de mitigação
- (E) Baixa Emissão de Carbono na Agricultura ou *Low Carbon Emission in Agriculture* (ABC Plan)

46

Um Sistema Orgânico de Produção Agropecuária é aquele em que se utilizam recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, com respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo em vista a sustentabilidade econômica, ecológica e os benefícios sociais, assim como a proteção do meio ambiente. Existem diferentes correntes de produção orgânica, sendo que todas elas têm em comum o modo de produção agrícola que não utiliza produtos químicos sintéticos (fertilizantes e pesticidas) nem organismos geneticamente modificados (OGMs), respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. Associe essas diferentes correntes de produção orgânica, com suas respectivas características apresentadas a seguir.

- |  |   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>I - Sistema Agroflorestal (SAF)</li> <li>II - Agricultura Biológica</li> <li>III - Agricultura Biodinâmica</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>P - Primeiro movimento do gênero reconhecido nos tempos atuais, com desenvolvimento na década de 1920 a partir das ideias de Rudolf Steiner (1861–1925), mesclando conhecimentos químicos, geológicos e astronômicos, e usando preparados homeopáticos e calendário astronômico.</li> <li>Q - Conjunto de princípios agrícola e social de <i>design</i> baseado em padrões e características observados em ecossistemas naturais, desenvolvido por David Holmgren e Bill Mollison, em 1978, que usa o termo “permacultura” para se referir à “agricultura e cultura permanentes”.</li> <li>R - Forma de uso e manejo dos recursos naturais, na qual árvores, arbustos, trepadeiras e herbáceas são utilizadas em associação deliberada com cultivos agrícolas e/ou com animais na mesma área, de maneira simultânea ou em sequência temporal, com o objetivo de conciliar o aumento da produtividade e a rentabilidade econômica com a proteção ambiental e a qualidade de vida.</li> <li>S - Abordagem estabelecida por Masanobu Fukuoka (1913 – 2008), agricultor e filósofo japonês que criou um modo de produção que evita insumos e equipamentos fabricados, trabalhando, dessa forma, junto com a biodiversidade natural e estimulando a complexidade dos organismos vivos.</li> </ul> |
|--|---|

As associações corretas são:

- (A) I – P , II – Q , III – R
- (B) I – P , II – R , III – S
- (C) I – Q , II – S , III – P
- (D) I – R , II – S , III – P
- (E) I – S , II – P , III – R



47

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), em 2019, 22% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) vieram das atividades de Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra (AFOLU, sigla em inglês). Por outro lado, essas atividades são muito impactadas pelas mudanças do clima, pois respondem de forma direta e indireta às variações meteorológicas de temperatura, radiação solar, chuva, umidade do ar e velocidade do vento. Uma das atividades de AFOLU é o plantio de arroz irrigado por inundação. O arroz é considerado o produto de maior importância econômica em muitos países em desenvolvimento, constituindo alimento básico para cerca de 2,4 bilhões de pessoas, e desempenhando papel estratégico tanto em nível econômico quanto social para os povos das nações mais populosas da Ásia, África e América Latina.

No que diz respeito à mudança do clima, a cultura de arroz irrigado por inundação contribui principalmente para emissão direta de

- (A) dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>)
- (B) metano (CH<sub>4</sub>)
- (C) óxido nitroso (N<sub>2</sub>O)
- (D) clorofluorcarbonetos (CFCs)
- (E) ozônio (O<sub>3</sub>)

48

A agricultura brasileira é um setor econômico altamente competitivo, que gera empregos, alimentos, bioenergia, riqueza e superávits primários, contribuindo para o crescimento do PIB nacional. Entretanto, a atividade agropecuária pode trazer uma série de impactos para o meio ambiente em termos de depleção e degradação da base de recursos naturais e de poluição das águas, solos e ar. Tendo em vista que esse setor é essencial para produção de alimentos, devem ser adotadas práticas adequadas de gestão para minimização dos danos ambientais.

Uma prática adequada de gestão ambiental, visando a minimizar os danos ambientais do setor agrícola, é o(a)

- (A) uso do sistema de irrigação por pivô central, em substituição ao sistema por gotejamento.
- (B) uso da agricultura comercial (moderna) intensiva de larga escala, em substituição à agricultura familiar extensiva orgânica.
- (C) uso de fertilizantes químicos para condicionamento do solo, em substituição aos adubos orgânicos.
- (D) adoção de práticas agrossilvipastoris em médias propriedades, em substituição a práticas agrícolas do tipo monocultura em grandes propriedades.
- (E) adoção de práticas de queimadas e desmatamentos de novas áreas, em substituição aos recondiçãoamentos de áreas existentes.

49

O Decreto nº 9.841/2019 dispõe sobre o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), a fim de disponibilizar informações de avaliação, quantificação e monitoramento de riscos agroclimáticos à sociedade. O ZARC é uma ferramenta de análise do risco que auxilia a tomada de decisão no campo, considerando a probabilidade de ocorrência de adversidades baseada em séries históricas de dados climáticos e em características da cultura e do solo. Atualmente, o ZARC tem adotado um novo sistema de classificação de solos que deixa de utilizar o tradicional sistema de solos “Tipo 1”, “Tipo 2” e “Tipo 3” e passa a adotar uma nova metodologia que define seis classes de água disponível (AD1, AD2, AD3, AD4, AD5, AD6). Dessa forma, a água disponível (AD) do solo é estimada para cada área de produção, a partir da sua composição textural determinada por análise de solo padrão. A estimativa é feita através do uso de uma equação (função de pseudotransferência), devidamente ajustada para os distintos solos brasileiros. Calculada a AD, é definido o enquadramento em uma classe de AD. No caso de um cultivo de sequeiro, ao se considerar uma classe e a profundidade efetiva média do sistema radicular do cultivar, é possível verificar se a necessidade de água do cultivar é atendida pela classe de solo.

Buscando avaliar o risco agroclimático do cultivo da soja no Mato Grosso do Sul, um agrônomo colheu amostras de um solo, determinou a composição granulométrica e, ao aplicar os teores percentuais na função de pseudotransferência, obteve um valor de AD de 0,75 mm/cm.

Dessa forma, o agrônomo classificou esse solo como

- (A) AD1
- (B) AD2
- (C) AD3
- (D) AD4
- (E) AD5

50

A responsabilidade humana na conservação de nosso *habitat* tem se tornado cada vez mais importante, evidenciando a conexão entre a disponibilidade de recursos naturais, a produção e o consumo de bens e o reaproveitamento de materiais como fator essencial para a manutenção do aporte de bens e serviços à população ao longo dos próximos anos. Conceitualmente, do ponto de vista da gestão ambiental, a conservação é uma estratégia desenvolvida para o uso e aproveitamento de determinados ecossistemas, mantendo-os ativos e com capacidade de recomposição.

Diante disso, os ecossistemas que se enquadram nesse conceito de conservação são os

- (A) parques nacionais e os cultivos orgânicos
- (B) parques nacionais e as florestas sob exploração sustentável
- (C) parques nacionais e as áreas de proteção ambiental
- (D) cultivos orgânicos e as áreas de proteção ambiental
- (E) cultivos orgânicos e as florestas sob exploração sustentável

**RASCUNHO**

